



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

CONTRATO N° 085/2024

| DADOS DO CONTRATO | |
|------------------------------|--|
| N° PROCESSO ADMINISTRATIVO: | 060/2023 |
| N° PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: | 008/2023 |
| MODALIDADE: | Pregão Eletrônico |
| CONTRATANTE: | SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO |
| CONTRATADO: | SILOMI DE OLIVEIRA MOREIRA |
| OBJETO: | Contratação de empresa comercial para prestação de serviços de fornecimento/confecção de materiais gráficos, para atender as necessidades da Secretaria de Governo e Planejamento da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA. |
| VALOR TOTAL DO CONTRATO: | R\$ 206.495,81 (duzentos e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos) |
| SERVIDOR FISCAL DO CONTRATO: | Vitor Albuquerque de Sousa Trindade |
| VIGÊNCIA INICIAL: | 29 de Janeiro de 2024 |
| VIGÊNCIA FINAL: | 31 de Dezembro de 2024 |

| DADOS DO CONTRATANTE | | | |
|----------------------|--|---------|--------------------|
| NOME: | SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO | CNPJ: | 01.597.629/0001-23 |
| LOGRADOURO: | AVENIDA MARANHÃO, 5/N | BAIRRO: | ALTO BONITO |
| CIDADE: | São João do Paraíso | ESTADO: | Maranhão |
| REPRESENTANTE: | Valdemar Alves de Sousa | CPF: | 026.694.643-78 |

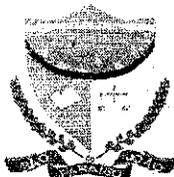
| DADOS DO CONTRATADO | | | |
|---------------------|----------------------------|-----------|--------------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | SILOMI DE OLIVEIRA MOREIRA | CPF/CNPJ: | 06.697.072/0001-16 |
| ENDEREÇO: | RUA BENEDITO LEITE, 358 | BAIRRO: | CENTRO |
| CIDADE: | Porto Franco | ESTADO: | Maranhão |
| CONIATO: | (99) 3571 2298 | E-MAIL: | portografica@hotmail.com |
| REPRESENTANTE: | Silomi de Oliveira Moreira | CPF: | 095.343.852-04 |

PREÂMBULO

Aos 29 de Janeiro de 2024, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, inscrita no CNPJ n° 01.597.629/0001-23, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa comercial para prestação de serviços de fornecimento/confecção de materiais gráficos, para atender as necessidades da Secretaria de Governo e



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO



Planejamento da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 - O valor estimado do presente Contrato é de R\$ 206.495,81 (duzentos e seis mil, quatrocento e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO | | | | | | | |
|------------------------------------|--|---------|---------|--------|-----------|---------------|--|
| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quant. | R\$ Unit. | R\$ Total | |
| 176 | ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO FORM. 08 | PROPRIO | UNIDADE | 600 | R\$ 6,25 | R\$ 3.750,00 | |
| 177 | BLOCO DE NOTIFICAÇÃO | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 18,86 | R\$ 2.829,00 | |
| 178 | BOLETIM DE COMUNICAÇÃO INTERNA COM 2 VIAS 21X15 UMA COR FORM. 08 | PROPRIO | BLOCO | 37 | R\$ 16,58 | R\$ 613,46 | |
| 179 | CAMISetas GOLA POLO MALHA PIQUÉ | PROPRIO | UNIDADE | 200 | R\$ 7,00 | R\$ 1.400,00 | |
| 180 | CAMISetas PERSONALIZADAS DE MALHA FIO 30 | PROPRIO | UNIDADE | 200 | R\$ 7,00 | R\$ 1.400,00 | |
| 181 | Capa de processo, ftº 4, AP. 180 gr, 4x4 cores | PROPRIO | UNIDADE | 5.000 | R\$ 2,92 | R\$ 14.600,00 | |
| 182 | CAPAS DE DOSSIÊ F-4 F/V SUFIT. 130 GRM. DO SERVIDOR | PROPRIO | UNIDADE | 5.000 | R\$ 2,92 | R\$ 14.600,00 | |
| 183 | CARTAZ PROJÓVEM ADOLESCENTE FORM. 04 | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 6,07 | R\$ 6.070,00 | |
| 184 | Cartaz em papel couchê 115gr 47x32; | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 7,82 | R\$ 7.820,00 | |
| 185 | Cartaz em papel couchê 115gr64x46cm | PROPRIO | UNIDADE | 3.000 | R\$ 7,82 | R\$ 23.460,00 | |
| 186 | CARTILHA INFORMATIVA 12 PAG. | PROPRIO | UNIDADE | 150 | R\$ 50,24 | R\$ 7.536,00 | |
| 187 | CONTROLE DE ABASTECIMENTO | PROPRIO | BLOCO | 300 | R\$ 25,11 | R\$ 7.533,00 | |
| 188 | CRACHÁ PARA EVENTOS | PROPRIO | UNIDADE | 300 | R\$ 5,23 | R\$ 1.569,00 | |
| 189 | DAM F/V C/100 FLS 21X10 UMA COR /FORM. 09 | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 25,11 | R\$ 3.766,50 | |
| 190 | ENCADERNAÇÃO DE APOSTILAS | PROPRIO | UNIDADE | 400 | R\$ 2,92 | R\$ 1.168,00 | |
| 191 | ENVELOPE 180 X 250 TIMBRADO | PROPRIO | UNIDADE | 1.125 | R\$ 1,89 | R\$ 2.126,25 | |
| 192 | ENVELOPE OFÍCIO 22X32 PAPEL SUFIT 75G | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 1,02 | R\$ 1.020,00 | |
| 193 | ENVELOPE PERSONALIZADO 18X24 | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 1,02 | R\$ 1.020,00 | |
| 194 | Envelopes 11Ax22,9 colorido | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 1,26 | R\$ 1.260,00 | |
| 195 | Envelopes 24x34m colorido | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 2,09 | R\$ 2.090,00 | |
| 196 | Envelopes 26x36cm colorido | PROPRIO | UNIDADE | 1.000 | R\$ 2,09 | R\$ 2.090,00 | |
| 197 | FICHA INDIVIDUAL DE FREQUENCIA DE PESSOAL F 75G/FORM. 08 | PROPRIO | UNIDADE | 3.000 | R\$ 1,89 | R\$ 5.670,00 | |
| 198 | FOLDER INFORMATIVO 22X32CM PAPEL COUCHE | PROPRIO | UNIDADE | 5.000 | R\$ 1,89 | R\$ 9.450,00 | |
| 199 | FORMULÁRIOS PARA SECRETARIA FORM. 09 | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 10,00 | R\$ 1.500,00 | |
| 200 | IMPRESSÃO DIGITAL 20X30 PAPEL COUCHÉ | PROPRIO | UNIDADE | 1.500 | R\$ 0,67 | R\$ 1.005,00 | |
| 201 | Informativos do poder executivo, ff 2, com 12 páginas, ap. 75gr, cor 4X4 | PROPRIO | UNIDADE | 150 | R\$ 50,24 | R\$ 7.536,00 | |
| 202 | LIVRO ATA | PROPRIO | UNIDADE | 50 | R\$ 50,24 | R\$ 2.512,00 | |
| 203 | LIVRO DE PONTO | PROPRIO | UNIDADE | 50 | R\$ 50,24 | R\$ 2.512,00 | |
| 204 | MEMORANDO F-16 PAPEL SUFIT 75 GRM | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 16,65 | R\$ 2.497,50 | |
| 205 | PANFLETO INFORMATIVO 15X20CM PAPEL COUCHE | PROPRIO | UNIDADE | 5.000 | R\$ 0,88 | R\$ 4.400,00 | |
| 206 | Papel timbrado, ftº 09, papel 75gr, 4X4 cores | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 25,11 | R\$ 3.766,50 | |
| 207 | Recibo timbrado 50x2, ftº 16 | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 20,99 | R\$ 3.148,50 | |
| 208 | REQUERIMENTO COM 2 VIAS A4 70G/FORM. 08 | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 25,11 | R\$ 3.766,50 | |



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO



| | | | | | | |
|--------------------|-----------------------------------|---------|---------|-----|------------|-----------------------|
| 209 | Requisição de Compras 50x2, ftº16 | PROPRIO | BLOCO | 150 | R\$ 25,11 | R\$ 3.766,50 |
| 210 | REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO | PROPRIO | BLOCO | 300 | R\$ 25,11 | R\$ 7.533,00 |
| 211 | BANNER 1.20X1,00m | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 188,60 | R\$ 2.829,00 |
| 212 | BANNER 1.50X1,20m | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 271,87 | R\$ 4.078,05 |
| 213 | BANNER 1.20X0,80m | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 166,53 | R\$ 2.497,95 |
| 214 | FAIXA DE RUA 5.0x0,60m | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 272,27 | R\$ 4.084,05 |
| 215 | ADESIVO 20x30 | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 6,36 | R\$ 95,40 |
| 216 | ADESIVO 10x20 | PROPRIO | UNIDADE | 15 | R\$ 6,29 | R\$ 94,35 |
| Valor Total | | | | | | R\$ 206.495,81 |

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos a **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

3.1 - Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Pregão Eletrônico N° 008/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 29/01/2024 e encerramento em 31/12/2024, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

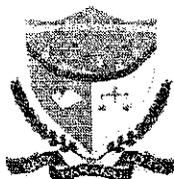
4.2 - Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei n° 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 - Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal n° 8.666/93

4.4 - 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO



- 5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na “Ordem de Fornecimento/Serviço”, conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.
- 5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

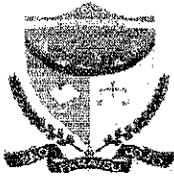
- 6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.
- 6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.
- 6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor Vitor Albuquerque de Sousa Trindade ou outros representantes, especialmente designados, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.
- 7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.
- 7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 – O pagamento à **CONTRATADA** será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.
- 8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
- 8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.
- 8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.
- 8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO



CLÁUSULA NONA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 - As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 - Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 - A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 - A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.1203.2004.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

UNIDADE: 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

CLASSIFICAÇÃO: 04.122.1203.2004.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.2 - Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 - O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 - Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 - Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.



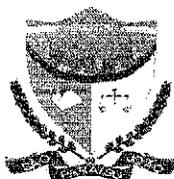
- 13.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;
- 13.6 - Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 13.7 - Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.8 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 - Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;
- 14.2 - Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- 14.3 - Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;
- 14.4 - O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- 14.5 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 14.6 - Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;
- 14.7 - Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;
- 14.8 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.
- 14.9 - Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 14.10 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
- 14.11 - Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 14.12 - A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.
- 14.13 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 15.1 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.
- 15.2 - Constitui motivo para rescisão do Contrato:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;



- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
- c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

- a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras



ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa de:**

- i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;
- ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;
- iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;
- iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;

c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO



20.2 - É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

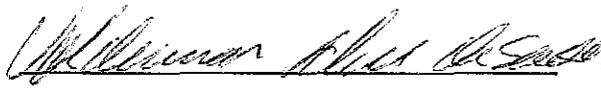
21.2 - Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de Porto Franco - MA. E por estarem assim acordos, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

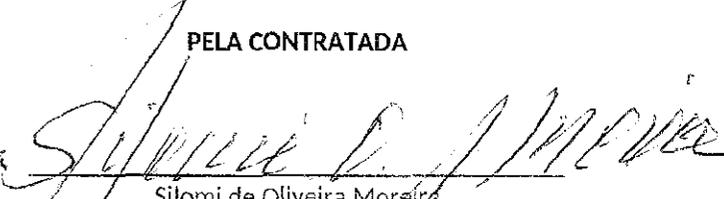
São João do Paraíso - MA, 29 de Janeiro de 2024

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA


Valdemar Alves de Sousa
Secretário Municipal de Governo e Planejamento
076/2023


Silomi de Oliveira Moreira
CPF nº 095.343.852-04

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2024 – PMSF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 002/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO/MA
 (CNPJ nº 06.089.163/0001-79)
CONTRATADO: AMORIM, MOURA & MARTINS SOCIEDADE DE
 ADVOGADOS (CNPJ nº 22.239.259/0001-22)
OBJETO: Contratação de sociedade de advogados para a prestação dos
 serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica em
 processos administrativos licitatórios e contratações públicas, em
 atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de São Francisco
 do Maranhão/MA
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea “e”, da Lei nº
 14.133/21
VALOR MENSAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
FORTE DOS RECURSOS: 500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
DATA DA ASSINATURA: 09/01/2024
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

São Francisco do Maranhão/MA, 09 de janeiro de 2024.

ADELBARTE RODRIGUES SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 9311fce32f0bc3ebb5dde581927ed87b

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº:
 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 003/2024 – PMSF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 003/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO/MA
 (CNPJ nº 06.089.163/0001-79)
CONTRATADO: MARIA MARÇAL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (CNPJ
 nº 43.818.615/0001-32)
OBJETO: Contratação de empresa exclusiva para a prestação dos
 serviços de apresentação de show musical da artista “Maria Marçal”,
 para as festividades alusivas ao aniversário do Município de São
 Francisco do Maranhão/MA, no dia 09 de maio de 2024, em
 atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21
VALOR GLOBAL: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
FORTE DOS RECURSOS: 500 – Recursos Não Vinculados de Impostos
DATA DA ASSINATURA: 29/01/2024

São Francisco do Maranhão/MA, 29 de janeiro de 2024.

ADELBARTE RODRIGUES SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 8ef449130a606307ee9c7676ad0e9b3d

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISO DE REABERTURA DA TOMADA DE PREÇO 011/2023

AVISO DE REABERTURA DA TOMADA DE PREÇO 011/2023

A Prefeitura de São João do Paraíso/MA, localizada a Avenida
 Maranhão, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA através da
 CPL, torna público para ciência dos interessados, no certame que tendo
 em vista O OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para
 execução dos serviços de complementação da construção do muro na

Escola Municipal Valdemar Gomes localizada na zona rural do município
 de São João do Paraíso – MA.

FICA CONVIDADOS/CONVOCADOS AS EMPRESAS:

1-DOMINIOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ:
 21.398.119/0001-34, neste ato representada pelo Sr. João Alfredo do
 Nascimento, CPF. 083.654.071-91,

2-ALDER DE A. SOARES EIRELI - CNPJ: 15.133.172/0001-00, neste
 ato representada pelo Sr. Lucivaldo Santos Sousa, CPF,
 931.319.333-72.

3-ALVORADA CONSTRUIR LTDA - CNPJ: 05.703.869/0001-16, neste
 ato representada pelo Sr. Matheus Augusto Gomes da Silva, CPF,
 624.289.433-59 QUE FOI REABILITADA. COMO CONSTA NOS AUTOS DO
 PROCESSO.

Fica marcada a abertura dos envelopes das propostas da empresas
 habilitadas, para dia **31/01/2024: as 09:00 horas da manhã.**

Findando esse prazo será remarcada uma data pra abertura
 dos envelopes de habilitação e propostas das empresa.

Comissão Permanente de Licitação

São João do Paraíso – MA, 30 de janeiro de 2024.

Ilton Rodrigues de Sousa
Presidente da CPL.

Certidão de Publicação
 Certifico para os devidos fins que publicamos no quadro de aviso da
 Prefeitura em 30 de janeiro de 2024.
 Comissão Permanente de Licitação

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: e9188468cd325f97f6d8983f4444d56

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2024, ASSINADO EM 29/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2024, assinado em
 29/01/2024. Objeto: Contratação de empresa comercial
 para prestação de serviços de fornecimento/confecção
 de materiais gráficos, para atender as necessidades da
 Secretaria de Governo e Planejamento da Prefeitura
 Municipal de São João do Paraíso/MA.. Processo
 Administrativo nº 060/2023. Modalidade: Pregão
 Eletrônico nº 008/2023. CONTRATANTE: SECRETARIA
 MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, CNPJ nº
 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: SILOMI DE
 OLIVEIRA MOREIRA, CNPJ nº 06.697.072/0001-16. Valor
 Global: R\$ 206.495,81 (duzentos e seis mil, quatrocentos
 e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos).
 Vigência Inicial: 29 de janeiro de 2024. Vigência Final: 31
 de Dezembro de 2024. Valdemar Alves de Sousa. São
 João do Paraíso - MA, 29 de janeiro de 2024.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 827b678a736d2820913c458f95de258c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2024, ASSINADO EM 29/01/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2024, assinado em
 29/01/2024. Objeto: Contratação de empresa comercial
 para prestação de serviços de fornecimento/confecção
 de materiais gráficos, para atender as necessidades da
 Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de São João
 do Paraíso/MA.. Processo Administrativo nº 060/2023.

